

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

Revista Portuguesa de História

TOMO XIX



COIMBRA/1981

exemplo. Não podemos esquecer que as comunicações publicadas são o fruto de um interesse que, não sendo recente é, todavia, cada vez maior, por esta temática, e expressam, no fundo, o elevado nível que as investigações neste domínio vêm alcançando, nomeadamente em França e Itália. Se os trabalhos apresentados pelos historiadores franceses evidenciam uma melhor sistematização, interpretação e coordenação dos diferentes problemas decorrentes da História das Finanças Públicas na Época Moderna, certo é também que as comunicações dos autores italianos, na medida em que souberam aproveitar a grande riqueza do seu património documental, forneceram vias bastante inovadoras para a pesquisa histórica.

Formulamos, finalmente, o desejo de que obras desta natureza constituam um estímulo para que a historiografia portuguesa não despreze, por mais tempo, uma área tão relevante como o estudo da Fiscalidade.

SÉRGIO MANUEL SOARES

GERD KAMPERS — *Personengeschichtliche Studien zum Westgotenreich in Spanien*. Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, Münster Westfalen, 1979, VIII + 224 pp.

Em 1974 L. A. Garcia Moreno publicou a sua *Prosopografía del reino visigodo de Toledo* (Salamanca, Acta Salmanticensia, Filosofía y Letras, 77) em que estuda os nomes, com breves dados históricos, dos visigodos da Espanha desde 568 a 711, limitando-se, no entanto, aos nomes da administração e às chamadas «classes superiores». G. Kampers tinha já então quase pronto o seu estudo aproximadamente sobre o mesmo tema, mas com diferente âmbito cronológico e mais ampla prospecção sociológica: — entende, e muito bem, que a análise da ocupação da Hispânia pelos germanos se deve fazer a partir de 507 e que se deve ocupar de todos os nomes disponíveis da vida civil ou religiosa e ainda dos dados da arqueologia e da toponímia. Sendo assim, e para não repetir Garcia Moreno, numa primeira parte faz G. Kampers o estudo de todos os nomes que se podem acrescentar à

obra de García Moreno e na segunda parte, utilizando os 232 nomes recolhidos por estes dois investigadores, traça um quadro da onomástica da historia social e da ocupação étnica do reino visigótico desde 507 a 711.

Assim vemos surgir, em primeiro lugar (pp. 6-124), o levantamento da prosopografia das classes superiores, dos bispos, do restante clero (regular e diocesano) e das outras pessoas «que não são (ou não há a certeza de que sejam) das classes superiores e do clero». Depois (pp. 126-203) apreciam-se, sob diversos ângulos, com muitas listas, quadros e estatísticas, os dados obtidos e conclui-se que a região de mais densa germanização foi a da Meseta Castelhana (com predomínio ainda em Palência e Salamanca) e o noroeste peninsular correspondente ao reino suévico.

Das intenções do autor, do método de trabalho e das conclusões a que chegou basta este breve resumo para se verificar quanta importância tem este estudo para a onomástica (porque também são referidos os nomes hispano-romanos) e para a história social do reino visigótico, de entre o qual nós nos permitimos fixar especial atenção nas províncias eclesiásticas de Mérida e da Galiza, isto é, da região actualmente ocupada por Portugal.

De facto, entre as 79 dioceses estudadas, ali vemos perpassar Braga, Dume, Porto, Caliábria, Conímbriga, Évora, Egitânia, Lamego, Lisboa, Ossónoba (Faro) Pax (Beja) e Viseu. Mas além dos bispos e do clero destas dioceses, entre os 72 leigos referenciados na obra, alguns pertencem às seguintes localidades portuguesas (que referimos pela ordem em que nos apareceram): Mértola, Silveirona (Estremoz), Eivas, Vila Nova de Tázem, Amaia, Chaleiros, Alenquer, Cheias, Marvão, Medelim (ou Medellín, em Espanha?), Manteigas, Alcácer do Sal (que é a identificação de Salatia), Celorico da Beira, Alvito e Mogadouro.

Evidentemente que em trabalho de tão minuciosa investigação e em que foi necessário fazer tantas fichas de onomástica e toponímia, alguns pormenores passaram despercebidos ao Autor. Os que vamos referir pretendem ser um contributo para a melhoria do trabalho de G. Kampers.

Organizou-se uma secção para *monjas* (pp. 70-72), tendo sido documentadas oito. Entendemos que a esse número devem ser acrescentadas Florentia, *virgo Christi*, falecida em Lamego em 588, e Rufina, *religiosa famula*, que morreu em Mértola em 587 (pp. 106 e 117).

Há várias localidades difíceis de identificar, entre as quais se encontra a nossa diocese de Calábria, no extremo Nordeste da Beira Alta. Noutros casos nota-se uma grande diversidade de tratamentos. Temos exemplos em *Viseo*, Viseu, Viseum; em Tude, nem sempre identificada com Tui; em Portucale, nunca traduzido por Porto, mas sempre por *Opor to*; em *Conimbrica*, nunca escrita como Conimbriga, mas tratada ora como Condeixa-a-Velha ora como Coimbra; e até *Dumio*, nunca referido pelo topónimo português *Dume*, mesmo quando as outras dioceses são tratadas pelo seu nome actual.

Martinho é mencionado como abade e bispo de Dume na «proso-pografia» (pp. 28-30). Mas depois nem é referido na lista dos bispos de Dume (p. 140, 179 e 180), nem entre os que mudaram de sé (p. 152), quando nas mesmas circunstâncias vemos a passagem de Dume para Braga de Frutuoso, Félix e Liuva.

A propósito, note-se que G. Kampers dedica quase meia página à figura de Bonifácio, um correspondente de Martinho de Braga (p. 39). Simplesmente, continua a dá-lo como «aliás desconhecido». Ora Luís Ribeiro Soares deve ter apontado na justa direcção quando identificou Bonifácio, amigo e correspondente de Martinho de Braga, com o bispo de «Sinigália, perto de Ravena, cerca de 562-67» (cf. L. R. Soares, *A linhagem cultural de S. Martinho de Dume*, Lisboa, 1963, pp. 107-130).

Ao mencionar os bispos de Calábria (que era certamente entre Castelo Melhor e Almendra, diocese da Guarda) cita como nome próprio *Servus Dei* (pp. 142, 191). Porém, ao registar os «nomes de sentido cristão» (pp. 169-171) só menciona um *Servus Dei* em Basti, esquecendo Calábria.

Entre o clero secular coloca um *Serbandus* a assinar as actas do VIII concílio de Toledo, 653 (p. 73). Por outro lado, regista uma *Servanda*, em Medina Sidónia (p. 72) e uma outra em Vide (p. 119). No índice refere-se que G. M. assinala a presença de um bispo *Servandus*. Somos de parecer que a forma com *b*, embora atestada nos manuscritos, é apenas um efeito do conhecido betacismo dos manuscritos visigóticos.

Do mesmo modo, a senhora falecida em Mértola de nome *Senatrex* (p. 118), muito provavelmente chamava-se *Senatrix*, sendo a grafia com *e* uma expressão da pronúncia popular do *i* bastante aberta.

G. Kampers apela várias vezes para «die Karte». De facto, nós bem gostaríamos de ver ilustrada a obra com um ou vários mapas geográficos e demográficos, mas não encontramos um só!

Finalmente, notamos que a bibliografia utilizada sobe até à volta de 1969, embora a obra tenha sido prefaciada em 1975 e entregue para publicação em 1978. Bastaria comparar a bibliografia sobre Martinho de Braga com a que nós enunciámos no *Dizionario degli Istituti di Perfezione* (Roma, 1978, V vol., coll. 1029-34), para se ver como a de Kampers está desactualizada. Que dizer então de Pascásio de Dume, o qual, ao ser estudado (p. 66) tem como últimos abonadores M. Martins (1956) e Domínguez del Val (1967)?

Não queremos deixar no leitor uma imagem errada sobre o valor da obra de G. Kampers. O conteúdo que deixámos resumido no princípio, o enunciado de problemas gerais como o do «dar o nome» e de mudança de nome no baptismo e na conversão (à vida religiosa) (cf. p. 160-161 e 171-172), a documentação sobre a Hispânia Visigótica e a rica bibliografia sobre onomástica são valores muito positivos desta obra que se torna indispensável para se ter uma ideia segura sobre a ocupação étnica da Península Ibérica de 507 a 711.

JOSÉ GERALDES FREIRE

MANUEL H. LOURINHO — *Prisioneiros Portugueses na Alemanha (Guerra de 1914-1918)*. Edição do Autor, Lisboa, 1980, 165 pp.

A participação dos portugueses na I Grande Guerra tem sido muitas vezes estudada. Também a famosa Batalha de La Lys, ocorrida na madrugada de 9 de Abril de 1918, em que os portugueses sofreram quase sós e sem possibilidades de resistência o ataque maciço dos alemães, é comemorada em celebrações aniversárias. Exaltam-se os heróis, choram-se os mortos, glorifica-se a Pátria. Um aspecto, porém, não tem sido estudado até agora: — a sorte dos portugueses que sobreviveram à derrota de La Lys e foram feitos prisioneiros dos alemães. É este o tema do livro do Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho.